



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**AS ORIGENS DO SISTEMA SINDICAL PATRONAL RURAL: UMA ANÁLISE COM
BASE NA SOCIOLOGIA HISTÓRICA**

Layra Rachid Moreira

Trabalho de conclusão de curso,
apresentado à banca examinadora em dezembro de 2018,
Universidade Federal de Viçosa.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2018

Layra Rachid Moreira

**AS ORIGENS DO SISTEMA SINDICAL PATRONAL: UMA ANÁLISE COM BASE
NA SOCIOLOGIA HISTÓRICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de ciências sociais da Universidade Federal de Viçosa, como requisito para obtenção de título de bacharelado em ciências sociais.

Orientador: Jeferson Boechat Soares

VIÇOSA

2018

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 O CONTEXTO HISTÓRICO.....	5
2.1 O contexto histórico à luz dos interesses agrários.....	7
3 A LÓGICA ASSOCIATIVA DO PATRONATO RURAL.....	12
4. O PATRONATO RURAL NOS ESTADOS UNIDOS E NA FRANÇA....	16
4.1 O Movimento Grange.....	16
4.2. União dos Produtores.....	19
4.3 Farm Bureau.....	20
4.4 Na França.....	22
5. A SOCIOLOGIA HISTÓRICA COMO MÉTODO.....	24
5.1 A relação da sociologia histórica com o Esquema de Tilly.....	26
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

Resumo: A pesquisa conta com levantamento teórico do cenário político-institucional em que o sindicato patronal rural se estabeleceu. O interesse em criá-lo nasce do Estado brasileiro, tratando de uma política pública. Pode-se identificar a gênese dessa iniciativa a partir do *Esquema de Tilly*, a fim de apontar as contribuições para o desenvolvimento político, dito de outro modo, lançar luzes sobre os interesses do Estado na criação desse órgão. A comparação da gênese dessa política com a dos Estados Unidos e da França se dá de forma que nesses últimos o padrão da formação de um grupo de interesses profissionais parte dos próprios atores neles inseridos, no caso brasileiro é uma ação do Estado. A sistematização do contexto em que esse sistema de representação de interesses surgiu, com base nas análises da sociologia histórica, elucida questões sobre a lógica associativa do sindicalismo patronal rural brasileiro.

Palavras-Chave: Sindicatos. Patronais. Rurais. Política. Pública.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho em questão segue a linha cronológica do contexto histórico e político no qual o patronato rural foi criado, analisa-se as formas de associativismo dessa entidade, a partir dos seus primeiros momento até a gênese enquanto uma política pública. Além de traçar como o patronato se articula, e principalmente, como ele se formou, em duas outras localidades (Estados Unidos e França), para identificar-se com precisão a peculiaridade do caso brasileiro. Relaciona a metodologia utilizada com a tipologia apresentada por “Esquema de Tilly” visto que foi o resultado de uma análise sócio-historicamente fundamentada. Apresentando uma característica empírica para cada “problema” composto no “Esquema de Tilly” no caso brasileiro, e disponibiliza exemplos para fins comprobatórios.

Há farta literatura referente aos interesses econômicos organizados em sindicatos, seja ele urbano ou rural, com ênfase na organização sindical de trabalhadores. O mesmo não pode ser dito sobre os sindicatos patronais rurais, com isto, este projeto surgiu com o objetivo de

lançar luzes sobre a gênese desse sistema de representação de interesses. Não há expressividade quantitativa de bibliografia capaz de elucidar as decisões políticas que desencadearam a criação do sistema aqui estudado, mais especificamente, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O patronato rural foi uma política verticalizada, em que o Estado impôs a sua criação, indo de encontro com o caráter de espontaneísmo da Ação Coletiva.

A pesquisa realizada, e aqui relatada, tem propriedade de revisão sobre as alegações causais do cenário político-institucional que resultaram na criação do patronato rural, revisão essa que é orientada pela “Sociologia Histórica”, tradicionalmente presente nos trabalhos de Theda Skocpol e Charles Tilly. Além disso, o presente trabalho conta com a sistematização e ordenamento teórico do *Esquema de Tilly* (SOARES, 2012:96).¹

Tal esquema foi um dispositivo produzido por Soares (2012) que diz respeito ao desenvolvimento político para além da *polity*- que diz respeito às instituições, forma ou processo..

O *Esquema de Tilly* está a seguir apresentado:

PROBLEMAS	EXEMPLOS DE SOLUÇÕES INSTITUCIONAIS
1.Ingerência	Criação de ordem pública; administração racional para a mobilização de recursos;
2.Integração	Regras de alocação de recursos entre setores da comunidade nacional;
3.Participação	Extensão de direitos para os estratos menos privilegiados;
4.Identidade	Mídia e agências de socialização, criação de símbolos;
5.Legitimidade	Criar lealdades através de uma estrutura de instituições políticas;
6.Distribuição	Serviços sociais, taxaçoão progressiva, políticas econômicas distributivas.

(FONTE: SOARES 2012:96)

¹ Explorado posteriormente na seção de metodologia.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

A seção aqui apresentada cumpre com o papel de revisar a bibliografia referente ao contexto histórico, político e institucional, que precede a criação do patronato, até o início do desenvolvimento das articulações. A literatura selecionada elucida o cenário de forma ampla e apresenta como foi esse cenário de acordo com o associativismo agrário.

A CNA foi formalmente estabelecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto-Lei nº 53.516,² com sede na capital da República.

Artigo Único. Fica reconhecida a Confederação Rural Brasileira, sob a denominação de Confederação Nacional da Agricultura, com sede na Capital da República, como entidade sindical de grau superior, coordenadora dos interesses econômicos da agricultura, da pecuária e similares, da produção extrativa rural, em todo o território nacional, na conformidade do regime instituído pelo Estatuto do trabalhador Rural, a que se refere a Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, fixado o prazo de 90 (noventa) dias para adaptar seus estatutos sociais às disposições legais vigentes.

Brasília, D.F., em 31 de janeiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART

Mas havia outras organizações similares que foram iniciadas até enfim, com o intuito de formar associação sindical patronal de âmbito nacional; a fundação da Confederação Rural Brasileira foi anteposta à CNA.

Ao traçar os momentos históricos e políticos que precedem a instituição do patronato rural, foi identificado um significativo aumento do sentimento nacionalista e, ao mesmo tempo, da descrença com a política interna. Era um momento em que a validade da democracia estava sob tensões, esse contexto originou vias para um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, em 1930. A popularidade do governante era relativamente alta, o que possibilitou a criação do Estado Corporativo Varguista. (SKIDMORE, 1998:166)

A tática de Getúlio era a de submeter-se aos militares para gerar estabilidade e aos tecnocratas para a administração. A estratégia contava com a formação de uma elite tecnocrata em prol da eficiência. Os corpos técnicos que faziam parte da administração eram

² Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53516-31-janeiro-1964-393613-publicacaooriginal-1-pe.html>

protegidos pelo processo de insulamento burocrático, que é definido pela proteção de órgãos (técnicos) do Estado a fim de impedir a manifestação da sociedade civil. A trincheira da tecnocracia é bem explicada na colocação de Faoro:

A empresa privada, antigamente subordinada ao mercado, dependente de seu livre jogo e entregue ao equilíbrio de suas forças antagônicas, está controlada pelo Estado, no mundo capitalista em ascendência, com a fixação de uma tecno-estrutura(sic), onde não mais se distinguem as linhas de comando da propriedade particular e das exigências oficiais. (FAORO, 1969:160)

Após empenhar sobre a ditadura varguista, foi averiguada a criação de entidades associadas independentes entre si (corporações), que representavam os setores específicos de cada organização. Já a coordenação da relação entre as associações era responsabilidade do governo, inspirado em regimes totalitários. Com a finalidade de centralização, esse modelo foi proveniente da matriz trabalhista da Itália fascista expressa na *Carta del Lavoro*. A intenção deste modelo era criar meios para o capitalismo moderno se desenvolver de forma confortável no Brasil, entretanto, evitava a extrema flexibilidade do princípio *laissez-faire*. (SKIDMORE, 2003:164)

O modelo tecnocrata não é usado apenas na ditadura varguista; durante a ditadura militar foi utilizado da mesma estratégia: a modernização através da tecnocracia.³ Como é demonstrado demasiadamente por estudos econômicos, Torres (2004) reforça que em toda história do desenvolvimento industrial brasileiro, o processo teve seus braços ancorados no Estado e o regime militar continua a tendência histórica, assumindo o desenvolvimento do capitalismo.

Ao analisar o cenário político-institucional que desencadeou o golpe de 64, Santos (2003) apresenta a tese da “Paralisia Decisória”, de forma breve: a produção e aprovação do legislativo encontrava-se de forma desproporcional, além de uma imensa polarização entre os partidos. Os partidos políticos servem, nesse sentido, para representação de pautas, tendo que a democracia ideal ateniense configura-se a partir de decisões deliberadas por meio de assembleias, sendo oneroso ao sistema político quando tratamos de uma população numerosa e uma sociedade civil complexa. O desempenho de um sistema eleitoral deve, portanto, garantir a inexistência de tirania da maioria; inexistência de veto da minoria. A sociedade política deve ser coextensiva aos *demos*⁴ a aproximação deve ser por meio do sistema

³ O contexto supracitado será explorado posteriormente na análise do momento da criação do patronato rural.

⁴ A noção de um povo.

partidário. (SANTOS, 2003:60)

O diagnóstico foi a constatação da existência de uma tirania da maioria que regia o parlamento brasileiro no período pré-64, cumprindo com os interesses dos proprietários de terra. O sistema representativo minou, endogenamente, os pequenos partidos, suprimindo-os, embora formalmente ainda houvesse representação e competitividade, gerou-se um ambiente de fragilidade e tensão. A polarização tornou o parlamento suscetível a infiltrações desagregadoras, demonstrando que não seria necessário muito esforço para afastá-los das políticas decisórias.

2.1 O contexto histórico à luz dos interesses agrários:

Silva e Moyano (1993) realizaram uma completa análise sobre a articulação de interesses no âmbito agrário, antes da redemocratização, e fizeram um panorama histórico sobre o associacionismo rural no país, desde o fim da escravidão. Posteriormente, os mesmos ponderavam sobre o governo de Getúlio Vargas; segundo os autores, este foi fundamental ao oferecer recursos para que os grupos de interesses se organizassem durante o Estado Novo. E, por último, nesta seção, tratou-se de como os grupos de interesses agrários se organizaram durante a ditadura militar.

De 1888 até o final da Primeira República já haviam se desenvolvido pequenas experiências associativas, pouco significativas. A atividade agrária era desenvolvida em latifúndio, predominantemente, com foco na exportação, em um cenário de mercado interno fraco, que não era capaz de absorver a produção agrícola, acarretando em uma dependência do campesinato para com os latifundiários. Ainda de acordo com os autores supracitados, as mesmas pessoas que recebem a classificação de elites agrárias também podem ser chamadas de elites políticas, em todas as instâncias de tomada de decisão.

No início do contexto descrito, o cenário não era muito propício para associações, as lavouras eram autossuficientes e favoreciam o individualismo. Contudo, nos anos que sucederam a Proclamação da República, a cena mudava e já eram vistas pequenas amostras de associação para compartilhamento de conhecimento de técnicas, a fim de potencializar a produção. A modernização da agricultura foi após a Crise de 29, a mudança foi o colapso do monopólio do café, gerando uma demanda modernizadora do Estado, sendo uma das características dessa modernização a representação de interesses.

O primeiro marco normativo do sindicalismo agrário no Brasil é reconhecido em

1903, com a legislação específica para o grupo de interesses rural, entretanto, até 1930, o associacionismo entre os atores era irrisório. O Brasil é o primeiro país em que o setor agrário recebe um tipo de legislação própria para suas formas associativas, segundo Silva e Moyano, isso é um indício de como essas forças eram presentes no aparato estatal. Na lei em questão, (Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903) foi listado que a associação era voluntária, dito de outro modo, associar-se a um sindicato ou cooperativa tinha mais a ver com conformar-se com o Estado do que confrontá-lo, devido à dependência dos associados da maior parte de recursos estatais.

Os autores citam uma lista de fenômenos que enfraqueceram as oligarquias políticas na República Velha, da política do café com leite, concomitante ao patronato rural. Entre os itens estão o fim da Primeira Guerra e a abertura do capital para outras formas de produção, em concorrência com o monopólio dos produtos agrícolas no cenário produtivo brasileiro.

O associacionismo agrário, durante o período Vargas, parte do recorte histórico após o golpe de estado efetuado por Vargas por decorrência da sua derrota no eleitorado nas eleições disputadas contra Júlio Prestes -demonstrando, outra vez, que forças políticas diferentes das oligarquias agrárias emergiram. Assim, a primeira ação de Getúlio em seu governo foi promover o que denominou-se como “uma limpeza política” em nome do fim da anarquia, pelos bons costumes.

Contudo, as políticas que o governante propunha estavam de acordo com os interesses da agricultura modernizada, visto que as reformas de Vargas tinham esse caráter em convergência com a modernização, tornando os maiores beneficiários dessa política agrária as elites do meio. Criou-se uma legislação sindical que tirou a autonomia dos produtores, que passaram a ser controlados pelo Estado, todavia, o método associativo imposto foi mais eficaz que o anterior, comparativamente.

Vargas criou um cenário de dicotomia, dando forças às elites agrárias e, ao mesmo tempo, aos novos grupos progressistas que surgiam junto à modernização no meio urbano. Mais tarde, o então ex-presidente promulgou novas leis que diziam respeito ao associacionismo, baseando-se nas constituições italianas, de Mussolini, e nas portuguesas, de Salazar. As oligarquias tiveram poder de interferir nas legislações para que a lei associativa geral não afetasse o âmbito agrário até meados de 1945, quando Vargas decretou que os sindicatos deveriam estar subordinados ao Estado e as organizações do tipo patronais teriam carácter profissional.

Durante o período democrático (1945-1964), o patronato rural reivindicou ao novo governo uma legislação sindical própria, além disso, que proibisse os trabalhadores de se organizarem a níveis sindicais. A demanda foi atendida. Estruturavam-se de forma unitária, o que não significa que havia uma única representação federal, nem que as elites agrárias tinham todos os interesses congruentes.

No livro “Os Senhores das Gerais” (1986), a autora Heloisa Maria Murgel Starling discute o papel do IPES⁵ e dos seus financiados “Novos Inconfidentes”, na formação de um grupo político de pressão que atuou fortemente no golpe de 64, com grande enfrentamento ao alinhamento nacional-populista. Algumas das grandes questões que a autora trabalha no livro são: Quem foram esses “Novos Inconfidentes”? Como eles se articularam politicamente? O que é mais pertinente para a presente pesquisa está no capítulo IV: “Os Barões da Terra”, que discute como o associativismo rural lidou com a polarização política; os ares de reforma agrária; e o sindicalismo do campesinato. A proposta de reforma agrária não era o que mais assustava os latifundiários, afinal, para Starling (1986), a medida proposta por Goulart não tinha caráter revolucionário e nem era uma ameaça, o que os amedrontava era a sindicalização janguista.

A autora aponta que a organização política dos grandes proprietários de terra não se dissociava das classes dominantes do estado de Minas Gerais. A fundação do IPES não foi resultado da mobilização do setor latifundiário, a estratégia era aglutinar todas as classes dominantes. Entretanto, os empresários rurais tinham protagonismo, visto que metade da renda interna do estado era da agropecuária, na década de 60.

As características políticas causadas por essa estrutura latifundiária tornam o eixo de poder dos proprietários intocado e a estrutura partidária clientelista. Pode-se inferir que o sindicato patronal foi o grupo de interesse mais atuante nesse contexto em que “as entidades patronais funcionaram como o principal instrumento de unificação dos grandes proprietários de terra do estado” (STARLING, 1986:249). Atuando no intermédio do patronato, o IPES estava confortável em relação aos recursos financeiros e os proprietários de terra tinham a própria infraestrutura para organizar-se politicamente.

Durante o governo de Goulart, o ex-presidente impôs ao patronato rural da época (CRB - Confederação Rural Brasileira) um novo modelo de representação que os governos anteriores jamais conseguiram; transformá-lo em CNA e perder a possibilidade de

⁵ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

interlocução entre patronato e trabalhadores.

A CRB não aceitou de bom grado os decretos do presidente e formou estratégias de confronto para com a decisão. Contextualizando, o Estado estava transitando de uma democracia para uma ditadura, o que levou a CRB a apoiar os militares. Durante o governo militar, a CNA, que acabava de ser criada, foi elevada ao posto de associação patronal, com estruturas arraigadas no aparato estatal. A CRB se transforma por completo em CNA e é uma representação totalmente patronal por 2 motivos: o Estado acaba com o financiamento, que era uma característica presente durante toda atividade da CRB, e a imposição governamental do reconhecimento das associações como sindicatos.⁶

A representação de interesses agrários no Brasil, durante a ditadura militar, foi traduzida em CNA, sendo uma importante confederação que teve seu marco em níveis de atuação no período autoritário; como apoiaram o golpe, assumiram a representação formal do patronato rural como um sistema unificado. Os interesses agrários seriam representados pela CNA também de forma unitária. Essa configuração teve seu início desde o decreto de João Goulart⁷, mas as atividades, enquanto um sistema de representação organizado, foram marcadas principalmente no período ditatorial.

A contribuição sindical obrigatória uniu os sindicatos patronais e camponeses, diminuindo as diferenças ideológicas, a fim de garantir uma assistência técnica aos filiados, em colaboração aos Ministérios do Trabalho e da Agricultura. Como a CNA era a única representação formal do âmbito rural que defendia os interesses das elites agrárias, gerou-se uma relação de clientelismo com o governo militar. No momento de transição democrática, surgiram outras organizações de representação rural, a CNA iniciou uma estratégia de colaboração entre elas, para não perder seu poder.

Uma dessas organizações que havia voltado com certa expressividade foi a SRB, fundada em 1919, que defendia a propriedade privada e a modernização. Durante o governo militar, esta e outras organizações foram forçadas a se unirem à CNA, como único representante do patronato rural. A OCB⁸ também foi um sindicato corporativo que perdeu força durante o militarismo, pois teve que manter sua independência formal, porém continuou se beneficiando do imposto sindical obrigatório e conseguiu recuperar-se na transição

⁶

⁷ A criação da CNA foi em janeiro de 64; o golpe militar em março.

⁸ Organização das Cooperativas Brasileiras

democrática. (SILVA e MOYANO, 1992:248)

José Graziano da Silva (1993) inicia o artigo referenciando a CNA como uma representação formal de interesses, como dito anteriormente. Mas, difere dos autores anteriormente aludidos ao mencionar que na redemocratização haviam outras representações que estavam focadas nos estratos da agricultura modernizada e funcionavam como a “real” representação de interesses e a CNA como a “formal”, criando a dicotomia entre “real-formal”.

No período de redemocratização surgiram pautas sobre a reforma agrária e, de diversas formas, os sindicatos patronais se articularam para ir de encontro a isso. Isso acentuou a dicotomia “real-formal” que havia sido oficializada pela CNA. A UDR⁹ tomou a pauta da propriedade privada agrária para si, fazendo disso um embate com antigas representações de interesses já consolidadas desde a década de 20-30, assim o partido radicalizou sua face contrária à reforma agrária.

A Frente Ampla¹⁰ foi um movimento a favor da democracia, derivado da OCB, o plano cruzado, durante o governo de Sarney, havia trazido grande euforia aos agricultores e os motivaram à criação da frente; o ânimo foi devido ao plano de metas do governo, que consistia em desenvolver setores da economia, sendo a agricultura um destes. No caso particular da agricultura, haveria uma nova política agrária.

Os interesses da nova política foram os mesmos impostos pela Frente Ampla, o que demonstra uma falta de articulação, ou como apontam Silva e Moyano (1992), de um *lobby* mais organizado entre o setor do agronegócio para que fosse amplamente representado na nova política agrícola, não apenas como uma faceta de interesses da agricultura e ocupação de mais espaços de representação política para defender esses interesses, como cargos no Congresso e no Senado.

O governo apoiou claramente a criação da Frente Ampla pela euforia do plano de metas, e o apoio era mútuo, como apontado, mas o interesse de Sarney era na imagem que a organização trazia, de neutralidade entre os radicalismos que estavam postos nas questões referentes à reforma agrária.

A Frente Ampla não atribuiu suas demandas ao governo de forma consensual, houve uma forte polarização entre a UDR, iniciando uma organização menos agressiva que a

⁹ União Democrática Ruralista

¹⁰ Organização que tinha a principal pauta a luta contra a ditadura.

anterior, focada no desenvolvimento de suas estruturas organizativas, que contam com a inserção da organização no âmbito formal. A URD lança sua campanha e consegue eleger 60 deputados para o Congresso.

Durante a reestruturação da CNA, o objetivo fundamental era a recuperação da imagem de representação central da classe patronal agrária; e uma das medidas tomadas no momento foi a descapitalização do setor, que estava estagnado em comparação com outros setores da economia. A nova organização da CNA, junto ao presidente Collor, estava comprometida a colocar a questão como prioridade para o desenvolvimento do país.

Os limites das expansões das organizações patronais tinham raízes na fraqueza em que a UDR apresentava, impossibilitando a articulação dos moldes anteriores. Em contrapartida, a Frente Ampla se ressignificou, sem perder o pilar da modernização; e funda a partir disso a *Associação Brasileira do Agrobusiness* praticando *lobby* e negociando abertamente com o executivo. A partir desse momento a representação reconheceu que a institucionalização é necessária.

No livro “Os Senhores das Gerais” (1986), a autora Heloisa Maria Murgel Starling discute o papel do IPES e dos seus financiados “Novos Inconfidentes”, na formação de um grupo político de pressão que atuou fortemente no golpe de 64, com grande enfrentamento ao alinhamento nacional-populista. Algumas das grandes questões que a autora trabalha no livro são: Quem foram esses “Novos Inconfidentes”? Como eles se articularam politicamente? O que é mais pertinente para a presente pesquisa está no capítulo IV: “Os Barões da Terra”, que discute como o associativismo rural lidou com a polarização política; os ares de reforma agrária; e o sindicalismo do campesinato. A proposta de reforma agrária não era o que mais assustava os latifundiários, afinal, para Starling (1986), a medida proposta por Goulart não tinha caráter revolucionário e nem era uma ameaça, o que os amedrontava era a sindicalização janguista.

A autora aponta que a organização política dos grandes proprietários de terra não se dissociava das classes dominantes do estado de Minas Gerais. A fundação do IPES não foi resultado da mobilização do setor latifundiário, a estratégia era aglutinar todas as classes dominantes. Entretanto, os empresários rurais tinham protagonismo, visto que metade da renda interna do estado era da agropecuária, na década de 60.

As características políticas causadas por essa estrutura latifundiária tornam o eixo de poder dos proprietários intocado e a estrutura partidária clientelista. Pode-se inferir que o

sindicato patronal foi o grupo de interesse mais atuante nesse contexto em que “as entidades patronais funcionaram como o principal instrumento de unificação dos grandes proprietários de terra do estado” (STARLING, 1986:249). Atuando no intermédio do patronato, o IPES estava confortável em relação aos recursos financeiros e os proprietários de terra tinham a própria infraestrutura para organizar-se politicamente.

A tática era a população reviver a utopia da reforma agrária, ao passo que qualquer grupo que fosse de encontro a ela era tido como retrógrado, o plano dos latifundiários foi desvincular a imagem da reforma do bloco nacional-populista ao apontar que, mesmo completamente contra a medida, estavam abertos às propostas. O clero se envolve contra a reforma agrária, alegando que a mesma é antidemocrática e anticristã, restando os rótulos de totalitário e ateu aos que a defendem. A radicalização política entre os proprietários de terra, no início de 64, aumentaram causando violência nas zonas de tensão.

3. A LÓGICA ASSOCIATIVA DO PATRONATO RURAL

Essa seção, contribui para entendermos a colocação de Diniz e Boschi (2000) na afirmação que o Estado tem capacidade de indução a formação de organizações de empresários, atuando como ator coletivo. Com isso, entende-se que independente do governo que dirige o Estado, o empresariado, age de forma pragmática por privilegiar os sistemas de representação de interesses com acesso direto à burocracia; tirando o protagonismo representativo dos partidos políticos. (DINIZ E BOSCHI; 2000, 6)

Ao traçar um panorama histórico da *práxis* liberal no Brasil, Santos (1998) aponta que a concepção pura de *práxis* é esvaziada de sentido, o foco de sua análise é sobre a ação política, nesse caso, sob o viés do patronato rural. O exercício é interpretar as ideias que são convertidas em comportamento, ou seja, nas palavras do autor “ideias políticas como guias estratégicos para ação”. Além disso, o mesmo critica a apropriação que o termo “liberalismo” possui, ser liberal não sugere ser progressista ou conservador, muito menos ser a favor de liberdades básicas. Esse conjunto de direitos não se enquadra em nenhum espectro do jogo político, mas isso não significa que são conferidos sem nenhuma ou qualquer reivindicação.

Desde o século XVIII, quando os brasileiros tiveram acesso às teorias liberais, com o intercâmbio de estudantes da burguesia à Europa, os proprietários de terra foram vetores para a vanguarda econômica nos moldes de do liberalismo clássico de Adam Smith, a intenção era potencializar seus ganhos por meio de empréstimos e créditos, e a flexibilização das formas

de produção de acordo com os resultados -curva de lucros. Para que esse sistema fosse eficaz, era necessária a existência de uma força capaz de criar caminhos, desde que não interferisse de forma moral ou legal nos processos produtivos, a solução para a dualidade foi o Estado, dito de outro modo, o Estado existiu, nesse momento, para garantir a funcionalidade do mercado. A elite brasileira não queria apenas libertar o Brasil de ser uma colônia, mas também tornar-se a edificadora de um Estado Nação. (SANTOS, 1998:14)

Durante a economia aurífera, o sistema de classes brasileiro tornou-se levemente mais flexível, possibilitando novas famílias de penetrar nas camadas mais altas da sociedade colonial, em um período de tempo curto. Decorrente disso, o número de jovens que teve acesso ao pensamento das escolas portuguesas aumentou na mesma medida. O ponto que marca a argumentação é: as elites tiveram acesso às discussões que moldaram o mundo, cinquenta anos antes da independência brasileira; o segmento mais sofisticado da elite brasileira, a partir desse momento, compreende que, ao se ajustar com os poderes em ascendência, não precisaria continuar respondendo aos anseios da metrópole portuguesa.

Bianchi (2007) aborda as perspectivas do individualismo metodológico de Mancur Olson. O autor aponta a pluralidade de interesses e de sujeitos que representam a classe empresarial, por meio do mito que esse estrato é apolítico. Para isso, há um esforço para entender como esse meio heterogêneo faz coalizões e o autor encontra a resposta no “The Logic of Collective Action” de Mancur Olson, que é a promoção de interesses comuns.

Esses interesses serão promovidos em condições variadas, por exemplo, se há um grupo tão grande que o indivíduo sentirá que sua ação não fará grande diferença, só agirá por meio de coerção. Em contrapartida, em pequenos grupos a ação de cada um é muito significativa e benéfica visivelmente aos mesmos. É a partir da distinção entre “grande-pequeno” que Olson mede o nível organizativo dos empresários. Dito de outro modo, as empresas se organizam em pequenas frações de interesses particulares e plurais, lutando por eles através de meios não institucionalizados como o *lobby*. A formalidade da pressão é uma característica de grandes grupos...

Como já ressaltaram Offe e Wiesenthal (1984), a mobilização política dos trabalhadores e a criação de sindicatos leva(sic) os empresários a organizarem e coordenarem suas ações como resposta às tentativas dos trabalhadores de defender seus interesses por meio da ação coletiva. (...)o número de associações patronais tende a ser significativamente maior do que o de sindicatos, indicando a persistência de divisões no interior do empresariado. (BIANCHI, 2007:123)

Destarte, depreende-se que o Estado não é uma ameaça para os empresários, mas uma motivação para a ação coletiva. Entretanto, o autor aponta que é impossível se dissociar completamente do Estado na realidade, isso só é visto em teorias, pois a relação entre empresários, trabalhadores e Estado é indissolúvel. Outrossim, principalmente o empresariado brasileiro, de forma geral, não assume esse papel tão crítico ao Estado por depender dele.

Para entender como essas potências distintas dialogam entre si, o autor vai referenciar Gramsci e a sua ideia de hegemonia e como isso é usado para a dominação de vários subalternos, através da organização entre aqueles que percebem que possuem interesses comuns e associam-se. Assim, formam um grupo hegemônico, em que o processo se divide em três partes, passa por reconhecimento, até a institucionalização. Há momentos de transformação nestes contextos que seguem a noção histórica de transformação da política, economia e ideologia; principais esferas para Gramsci.

Na tentativa de abandonar as visões essencialistas, que são predominantes nos estudos sobre empresariados na América Latina, o autor faz um estudo não sobre o que devem ser, mas o que de fato são, por isso ele percebe a importância do enfoque relacional, para entender a gênese dos projetos empresariais e assim compreender a ação coletiva dos mesmos. Dito de outro modo, é importante analisar a relação que esses sujeitos tiveram com o associacionismo durante a história.

Wagner Iglécias (2007) aponta que as transformações do capitalismo no Brasil têm sido um assunto caro às pesquisas, entretanto, há uma hesitação quanto à relevância do setor agrário no mercado externo. A pesquisa em questão surge com a intenção de elucidar como o agronegócio e o “novo” capitalismo no Brasil articulam entre si. O objetivo é compreender como as práticas, principalmente a agropecuária, voltaram-se ao mercado externo e como isso se relaciona com o contexto inserido. Logo, cita novamente que a política agrícola ter uma nova reformulação não é mais garantia de preços, e sim de interlocução entre setores. A política agrícola no capitalismo contemporâneo é a prática de *lobby*.

Iglécias (2007) perpassa brevemente sobre a história da política agrícola brasileira. O agronegócio é definido pelo autor como uma atividade complexa, que exige a compreensão do que acontece no mercado exterior. Ademais, não é emancipado do Estado, tem uma complexa relação entre os três poderes. Além do Estado, o agronegócio brasileiro dialoga com uma gama enorme de atores, e quem faz o papel de interlocutor é a representação de interesses – tendo a CNA como a mais importante dentre essas representações. É relevante

ressaltar que no século passado o agronegócio não era concebido como um latifúndio sob monopólio de uma pessoa e, quando esvaiu-se a questão da reforma agrária, o setor se posicionava enquanto “empresa agrícola”. Em suma, há uma variedade expressiva de representações, e a CNA funcionando como órgão supremo e entidade de cúpula, de forma piramidal.

Entende-se que Iglécias (2007) busca compreender como o setor se organizou no capitalismo e como se deram essas transformações. O próprio descreve o resultado das mesmas, ao apontar a situação do agronegócio atualmente, e quais são as dificuldades do algodão e do açúcar no comércio externo, a fim de entender como os atores se organizam para enfrentar os problemas. Com isso, o foco central é provar que o agronegócio tem alta capacidade de adaptação e o autor ressalta que as vitórias não são exclusivas da capacidade associativa do setor. O Estado brasileiro sempre foi um bom solo para as negociações do agronegócio, ou seja, há fatores históricos e estruturais nessa relação, por exemplo: a disparidade de concentração de propriedade com a indústria nacional.

A estrutura da representação de interesses patronais no Brasil, apesar de haver um órgão superior, não se vê mais em forma piramidal, mas em um formato de rede, as entidades de cúpula não representam mais 100% dos interesses e estão hibridizadas.

Ainda de acordo com Santos (1998) é metodologicamente inconsistente traçar uma análise total de qualquer governo, por isso, essa seção, cumpre com o papel de entender as estratégias de Ação Política do patronato rural em relação ao governo. A constatação parte da lógica de que não há informações suficientes para esse tipo de análise; contrapondo o *naturalismo científico*. No qual, tenta corroborar com duas hipóteses: a ordem social é regulada por um sistema fechado e objetivo e a segunda, de que essa ordem é possível ser apreendida sem nenhuma interferência subjetiva. Por isso, há nesse sentido a necessidade de absorver certo ceticismo, moderado; esse ceticismo cumpre com o pressuposto de que a ordem social é pautada por uma estrutura parcialmente estável de causalidades, acessível à variações e com a compreensão de que esse sistema é, inevitavelmente afetado pelo arbítrio da subjetividade.

Em suma, o patronato rural não molda o sistema político por sua capacidade associativa, e muito menos é moldada por essa estrutura, o enfoque da lógica associativa entre esses atores está na característica relacional entre eles. Muito se diz sobre a capacidade de criar agenda desse sistema de representação de interesses, entretanto, pouco se estuda sobre a

capacidade de veto do mesmo, no caso deste trabalho: qual o interesse do Estado na criação de um associativismo que tem a capacidade de vetar determinadas pautas.

4. O PATRONATO RURAL NOS ESTADOS UNIDOS E NA FRANÇA

Essa seção, cumpre com o papel comparativo da sociologia histórica, ao entender como o patronato desenvolveu em parte do ocidente, a análise é capaz de deixar claro o fator peculiar que a gênese dessa entidade de interesses tem no Brasil, mais uma vez, não cumprindo com as expectativas de espontaneidade de uma ação coletiva. Nesse sentido, a autora volta os olhos para as formas associativas dos patronatos rurais na França, como apresentado na seção 5.0 do presente trabalho, a sociologia histórica precisa não de comparação em sua substância, mas como trabalha no sentido sempre a confirmação, a estratégia de construir uma seção comparativa cumpre com o papel de sanar qualquer lacuna possível quanto a consistência da metodologia. A escolha desses estudos de caso parte por privilegiar produções brasileiras, ou seja, esses trabalhos referenciados abaixo são mais capazes de traçar um comparativo com o caso brasileiro visto que são produzidos por autores de institutos de pesquisa Brasileiros

4.1 O Movimento Grange

Esse movimento, em sua nomenclatura, possui um nome muito característico do cenário, pois a tradução do termo para o português denota “granja” (LOPES, 1996:25). Tem seu início com uma visita de um técnico do Ministério da Agricultura ao sul dos EUA; é importante ressaltar o contexto dessa visita, no ano de 1866, os produtores viveram em situação de extrema pobreza e desconfiança, sem nenhum tipo de representação política para lutar contra os preços baixíssimos dos produtos agrícolas, essa conjuntura levou os produtores à falência. Sensibilizado com o que viu, Oliver Hudson Kelley, um homem aparentemente carismático, resolveu criar o “Movimento Grange”, de cunho secreto, - de acordo com indícios de que o precursor do movimento era maçom. O objetivo inicial era lutar pelos interesses dos produtores pobres, através da ideia de luta coletiva.

Quatro anos depois da visita de Kelley ao sul, os Estados Unidos vivenciaram o início de um período próspero, entretanto, o meio rural não estava incluído no ambiente promissor, foi quando começaram as primeiras ações do movimento; ao acusar o meio citadino de evoluir em detrimento do meio rural, se protegem fortemente das grandes corporações que se formavam. A esse alcance, o *Grange* já cobrava tarifa de adesão e taxa anual para o seu

sustento e solidificação; puderam se organizar contra as ferrovias, que era uma pauta importante para os produtores. O frete da mercadoria estava os endividando, não havia produtos que pagavam as tarifas altíssimas dos transportes. Essas situações que assolavam o meio rural geraram interesses comuns nos produtores e um grande crescimento no movimento; de 1874 a 1875 a quantidade de membros dobrou.

O *Grange* tinha como meta, além de melhorar a qualidade de vida do produtor, objetivos mais específicos à primeira instância: um processo educativo, cooperativas de compra e venda de insumos agrícolas, diversificação de cultivos e, além disso, que o preconceito contra o homem do campo findasse. Cada um desses objetivos tinha uma razão causal: o primeiro deles, para uma luta política consciente; o segundo, quando comprados os insumos em largas escalas, que fosse obtido vantagens na compra; o terceiro, para aumentar a produção; e o quarto, para que a população não interprete como sendo um fardo suas conquistas e lutas políticas. Ou seja, os objetivos dos movimentos foram muito bem traçados de acordo com as necessidades dos membros.

A organização, de forma inteligente, não se opunha diretamente às ferrovias e aos bancários, mas protestava contra as formas que as indústrias tratavam o produtor rural e faziam o produto agrícola se desvalorizar. O propósito do *Grange* era de ser não-partidário, por isso evitava nomear-se inimigo direto de uma indústria ou outra; ou mesmo dividir o grupo, que tinha seu pilar fundado na ação coletiva de produtores pobres.

4.1.2 *Grange: as ruínas e os ápices*

O gosto pela luta política começou com a grande vitória da regulamentação das tarifas ferroviárias, que tornavam os fretes agrícolas tão dificultosos para os produtores. Ainda reconduziram uma visão mais aguçada sobre os problemas que sofriam, antes ignorados, após essa conquista discutiam, por exemplo, sobre economia, moeda e inflação (LOPES, 1996:29-30). No entanto, a agressividade e ambição dos produtores geraram certa desconfiança e afastamento dos políticos, em um primeiro momento, que não tiveram outras grandes conquistas em sua fase inicial. Mas a organização obteve outros tipos de vitórias, como a fundação de cooperativas do tipo *Rochdale*, para as atividades de compra e venda, e atingiu grande sucesso até o momento em que mudou seu método de defesa do pequeno produtor rural para produção industrial, que perdeu um número significativo de associados. Outros aspectos contribuíram para o primeiro declínio do *Grange*, por mais que tornar-se membro dessa luta representava um *status* e permissão de qualquer tipo de filiação. Além de

outras coisas, como o misticismo da maçonaria, que criava um nível de desconfiança e uma arrecadação excludente, vale ressaltar que o líder não era eleito, era nascido da estrutura, mas isso não significava que era voluntário, era necessário remuneração para ele exercer a atividade, por isso a contribuição era permanente.

Mas o *Grange* pode ser conhecido como um “movimento fênix”, que ressurgiu das ruínas, revigorando-se, e ainda obteve outras conquistas políticas. Os produtores voltaram a participar do movimento, motivados pela educação rural e pela luta política, para fins de conscientização. Assim foi feito, o *Grange* esteve presente em todas as campanhas legislativas que tinham interesse rural afetado. Em 1951 o movimento atingiu 841.000 membros (LOPES, 1996:35).

O perfil dos membros do *Grange* pode ser traçado como o de um produtor que tinha um grau de escolaridade superior aos demais, uma moradia bem estruturada e possuía mais terras, e isso era derivado de uma condição financeira privilegiada, ou “caronas” como é chamado os que não são adeptos a nenhum movimento. O *Grange* atingiu o seu apogeu pelo momento oportuno em que foi criado e a situação intolerável em que os produtores viviam. As mobilizações ideológicas foram de grande fervor na época para que manifestasse o desejo da luta dos produtores, mas o movimento pecou ao não desenvolver propostas legislativas e estagnou na ideologia de melhora da vida rural, mas não praticavam *lobby*, o que dificultava o alcance de seus interesses políticos no Congresso. O sucesso comercial do movimento também não foi eterno, as cooperativas faliram, havia a cobrança da divisão dos lucros e, com isso, a confiança foi quebrada e a aderência ao movimento caiu drasticamente por esta razão.

O voto distrital criou condições para que o setor rural se representasse no Congresso, gerando certa oposição por esse tipo de voto ser problemático pela baixa representação de minorias, mas os produtores se organizaram em entidades poderosas que sabiam atuar. Mesmo que por vezes o *lobby* das ferrovias atrapalhasse as atividades políticas dos produtores, que não praticavam lobismo até o momento. Mas, como citado anteriormente, o movimento teve grande poder de soerguimento, porém, dessa vez com atividade de *lobby*, em 1911 o movimento alcançou conquistas políticas que eram pautas caídas no esquecimento, foi uma recuperação da reputação do *Grange*, mais uma vez.

4.1.3 O Grange hoje

O *Grange* hoje possui um escritório em Washington e funciona mais como uma memória do que foi no passado. Historiadores consideram o movimento como precursor das

universidades agrícolas e do movimento político rural, e são unânimes em considerar que trouxe muitos benefícios à população americana. Atualmente os membros do *Grange* mantêm a filiação por uma questão simbólica de pertencimento.

4.2. *União dos Produtores*

A base da união dos produtores era de cooperação entre os membros, por meio da luta pela educação, era uma grande cooperativa, do mesmo modelo do *Grange (Rochdale)*. A União foi fundada bem no início do século passado, mais precisamente em 1902, por um produtor rural de origem pobre, o que é um fato importante na defesa de interesses e na identificação de outros produtores pobres com sua imagem, bem como na representatividade do cenário midiático.

A bandeira que levantavam era de proteção dos interesses dos produtores pobres; e isso dependia de um tratamento equitativo para com os demais setores, um conhecimento científico agrícola, a valorização do trabalho, extermínio da especulação, competitividade tecnológica, assegurar e manter preços (LOPES, 1996:51).

A educação era fundamental para a organização entender o mercado econômico e como os produtos agrícolas se comportavam. Assim montavam armazéns, mercados e lojas cooperativas quando o mercado os favorecia, isso beneficiou o crescimento comercial da organização nacionalmente. Posteriormente, a União começou a investir em distribuição de combustíveis, maquinários, entre outros, até se consolidar como uma cooperativa do tipo *Rochdale*.

4.2.1 *Aspectos políticos*

Apesar do fato de que nas assembleias de formação a União não se propôs à participação política, isso não durou muito tempo até o movimento prosperar. Mas os produtores pautavam a educação como cerne para uma luta consciente, como nenhuma outra organização nos Estados Unidos, ninguém pautou tanto a questão. Uma luta de produtores pobres, com base na politização da massa dos membros, em que a filiação no movimento era possível apenas por pessoas do meio agrícola, a União alcançou várias vitórias legislativas na reforma tributária, separação de empréstimos, criação de banco de terra, financiamento da produção e liberação de crédito. Mas uma luta que cercava o movimento era pela paridade, que é definida como se a vida no campo se equivalesse com a vida rural.

O movimento de paridade deixou uma marca na União dos Produtores de ser um movimento de agricultura familiar, o que trouxe um pouco de notoriedade a este, e, por outro

lado, deterioração, visto que o produtor era aspirante à grande comerciante de produtos agrícolas. Ideologicamente, o movimento sempre se mostrou fiel ao produtor pobre e nunca se desviou, mas seu discurso era utópico e, de certa forma, oferecia uma ilusão que nunca poderia ser alcançada. Contudo, a sua prática era eficaz e cumpria com o papel, o que fez da União uma das grandes organizações agrícolas dos Estados Unidos.

4.3 Farm Bureau (Escritório de Agricultura)

Em 1910 é formada a maior organização agrícola do mundo, com seu pilar completamente diferente das anteriormente explicadas, o *Farm Bureau* se preocupava em, além de melhorar a qualidade de vida do produtor rural, potencializar a produção, e realizou sua função. O seu surgimento está diretamente ligado à ação dos extensionistas, que não se limitavam à extensão rural, trabalhavam com a politização dos produtores para a defesa de direitos e os aconselhavam a lutar coletivamente por eles.

Os extensionistas formavam uma espécie de núcleo de produtores que os admiravam, afinal, essas pessoas tinham conhecimento sobre a terra e potencializaram a produção, além de conhecimento sobre mercado e política, gerando um alvoroço pelos produtores. Existia uma propaganda para esse acontecimento, havia legislações pró-extensão.

O movimento publicou, em 1932, o conjunto de ações que finda o primeiro crescimento em massa. Neste era citado que a cooperação coletiva pela regulamentação ferroviária lutasse a favor da regulamentação de mediação na agricultura, imediatismo e anistia aos produtores falidos, representação parlamentar, comitê de um membro no Conselho de Reserva Federal, operação a favor do crédito rural, envolvimento na aprovação da Lei Armazéns Gerais, elaboração da lei que certificasse as sementes, implementação de um espaço único no Ministério da Agricultura, para tratar dos assuntos das cooperativas, e que todos os produtos agrícolas fossem incluídos na Lei Tarifária (LOPES, 1996:65).

Após os anos do grande crescimento, o movimento enfrentou problemas em relação às filiações, aspectos incontrolláveis ao movimento, decorrentes da crise econômica pós-guerra, o número de membros caiu para menos da metade de filiados que possuía em 1921. Mas a organização conseguiu se reerguer através de muito empenho e do sucesso na Lei de Ajustamento Agrícola, que não esteve sozinho, além desse, foram vistos muitos feitos do *Farm Bureau* pelos produtores, na época em que tentaram recuperar os membros com forças redobradas, criação de bancos de crédito, lei de conservação de solos e leis orçamentárias.

Alguns pontos de evidência sobre o *Farm Bureau* é que o movimento foi marcado por

estar presente onde a agricultura prosperou, pelo seu cunho comercial, além do foco na educação para a luta política, através dos extensionistas, foi o que marcou toda a ação do movimento em suas conquistas, eles acreditavam no valor da tecnologia. Quanto ao *Farm Bureau* de Illinois, que era tido como uma referência, era impossível, praticamente, ser um produtor rural nesse estado e não participar do movimento, havia as contribuições mais elevadas do país, mas os produtores podiam pagar, detinha o maior avanço tecnológico e extensionista do país.

4.3.1 *Farm Bureau e a política*

O movimento fazia forte *lobby* com as duas casas políticas dos Estados Unidos (Senado e Câmara Dos Representantes) e era incisivo em seus interesses: cooperação com o mercado externo, apoio em acordo comercial, que os cartéis fossem eliminados, garantia de renda para os produtores, preço mínimo fixado, financiamento para a produção, fortalecimento da ideia de paridade, aprimoração do sistema de crédito e participação na feitura do orçamento federal, no que diz respeito à agricultura (LOPES, 1996:77).

Todas as organizações agrícolas que tentaram impedir o crescimento do *Farm Bureau* não tiveram sucesso, o movimento sempre foi o mais forte, a partir dos anos 40, o único que comparava em número de filiados era o *Grange*, em sua gênese. Isso se deve ao grande bloco parlamentar agrícola que o movimento conseguiu formar para lutar pelo interesse dos filiados, e isso fez do *Farm Bureau* um líder político quando se trata de política agrícola; enfraquecendo ainda mais a União dos Produtores, que taxava o *Farm Bureau* de comercial, enquanto esse era o verdadeiro anseio do produtor, como exposto dantes...

A origem do sucesso do movimento estava na relação com a extensão, que era um vínculo de privilégio claro, porém informal e ilegal, os extensionistas devem prestar serviços iguais a todos os produtores rurais, eles pagavam. Cansados, os outros movimentos denunciaram a relação, principalmente James Patton, da União, que já tinha um conflito ideológico com o *Farm Bureau* e, mais tarde, o *Grange* viu nessa relação seu estopim. Mas não havia nenhuma solução legal para o problema, a *Lei Smith-Lever* arrecadava minimamente os recursos federais para a extensão; anos mais tarde o setor foi proibido de qualquer relação privilegiada com o movimento e com o domínio privado.

Em suma, o *Farm Bureau* foi e ainda é a maior e mais potente organização agrícola do mundo, que já foi acusada várias vezes de “parasita do governo”. Hoje, a existência do movimento está diretamente ligada com a origem do *agrobusiness*; esquecendo-se algumas

vezes a seu limiar, a miséria dos produtores, e já tentou estabelecer medidas radicais, como por exemplo, eliminar a garantia de preços para o mercado se autorregular. Desse modo perdeu membros, por mais que os produtores tenham aspirações comerciais eles ainda não se sentem seguros suficientes para se desprender totalmente do Estado.

4.4 Na França

Hespanhol (2007) analisa como as medidas do tipo PAC (Política Agrícola Comum) influenciaram na perda de identidade dos produtores rurais franceses. A autora discute o que é a Ação Coletiva, como ela funciona para seus atores e a pluralidade que há deles. Ação Coletiva, nesse trabalho, é definido como uma construção social resultante da relação entre diversos autores; além do fato de estarem estruturados em prol do projeto, ou interesse comum, visto que ação coletiva é a promoção de interesses individuais comuns. Com isso, pode-se notar uma gama de multiplicidades de formas associativas, devido a pluralidade de atores, a heterogeneidade de interesses.

A França era a maior exportadora da União Europeia e havia 40% da sua população economicamente ativa produzindo no setor. Hodiernamente, o setor encontra-se segregado, regionalizado e sem poder de pressão política, isso devido à “Política Agrícola Comum”, que impõe impostos iguais a todos os países da UE. Dito de outro modo, na França a modernização significou perda de autonomia do produtor francês.

Os produtores franceses se organizam nas chamadas “OPA’s” Organizações Profissionais Agrícolas, que não são apenas de empresários agrícolas, nelas encontram-se estabelecimentos de créditos e assistência técnica. Hespanhol (2007) faz um apanhado histórico de toda a trajetória das reivindicações dos interesses agrícolas, desde aproximadamente 1860, para entender como organizavam-se antes e após a PAC. A pesquisa atentou-se aos processos da institucionalização do patronato na França.

Dentre as várias medidas adotadas pelas reformas da PAC, a mais polêmica e preocupante para o futuro dos produtores se refere ao pagamento direto, como compensação da queda nos preços de sustentação, constituindo-se numa forma de controlar a oferta de produtos agropecuários. A crise de identidade dos produtores referente à institucionalização da PAC divide-se em três momentos: setorial, territorial e ambos simultaneamente. Conclui-se que a França foi importante para a modernização da agricultura até o momento em que o programa PAC tenta padronizar a produção, a solução proposta é que não só os produtores se

adaptem, mas suas organizações também. Constata-se que cada país possui um arranjo institucional distinto, ou até regiões dentro de um país de uma nação necessitam de políticas diferentes, pelas variantes geográficas e climáticas, a França não foi beneficiada ao receber uma legislação comum de um bloco econômico.

5. A SOCIOLOGIA HISTÓRICA COMO MÉTODO

A pesquisa realizada conta com um ordenamento teórico sob a luz da sociologia histórica, do contexto político-institucional que o patronato rural foi criado, além disso, conta com a classificação da gênese dessa política pública no *Esquema de Tilly* (SOARES, 2012:96) em que propõe analisar o processo de criação de uma política pública com o desenvolvimento político. A criação da tipologia foi a partir da pesquisa sobre a formação dos Estados Nacionais no Ocidente, oriunda de Charles Tilly.

Soares (2012) faz um ensaio relacionando políticas públicas com o desenvolvimento político. O estudo é de suma importância para entender qual a contribuição ou interesse do Estado na criação do patronato rural para o desenvolvimento político, entende-se por desenvolvimento político: institucionalização das normas. (SOARES, 2012:88)

. Este desenvolvimento que o autor se atém diz respeito às teses desenvolvidas por Samuel Huntington, sendo o conceito principal que permeia as duas análises o de que o desenvolvimento político é relativamente independente do desenvolvimento econômico. Dito de outro modo, pode haver desenvolvimento econômico em lugares em que as normas não estão institucionalizadas e não há um sistema político cívico. Para a criação de um sistema cívico é necessário que a sociedade civil tenha interesses compartilhados, de ordem moral, regras básicas e algumas crenças. Esses dois tipos diferentes e relativamente independentes de desenvolvimento podem ocorrer separadamente, mas, quando feito, leva ao declínio político. (SOARES, 2012:89)

A análise feita por Huntington é muito relevante quando o estudo possui interesse em entender os elementos normativos do Estado, como as leis. A proposta desse projeto foi entender o desenvolvimento político conectado ao de políticas públicas, ou seja, para além da *polity*, elevando o desenvolvimento ao âmbito da *policy*- que são Decisões decorrentes de conflitos, o resultado do jogo político. (SOARES; 2012, 92)

Para a análise das políticas públicas e do desenvolvimento político, foi utilizada a estratégia da sociologia histórica tradicionalmente apresentada por Theda Skocpol. Para a

autora, a validação de um bom estudo diz respeito à importância da variável tempo. Nas palavras de Skopcol e Miskolci (2004:7): “toda ciência social, ou melhor, todo estudo socialmente reconhecido requer uma extensão histórica de concepção e um uso completo de materiais históricos.”

A relevância do método está na construção de perguntas historicamente fundadas, como por exemplo: “O que levou o dinamismo especial da Europa em relação a outras civilizações e de algumas partes da Europa comparadas entre si?” Essas perguntas levam a resultados sobre estruturas sociais ou processos localizados de forma concreta no tempo e no espaço. Pode-se contar com análises majoritariamente comprometidas com a inter-relação de ações significativas e contextos estruturados, que permitem o entendimento de resultados esperados e inesperados relativos às transformações na sociedade. Com isso, pode-se entender como a análise da formação dos estados nacionais no Ocidente podem contribuir para a compreensão da gênese de políticas públicas.

De acordo com Soares (2012), a construção do modelo parte do estudo do surgimento dos estados nacionais na Europa Ocidental. Esse processo, no Oeste Europeu, foi resultado de ações direcionadas das elites, grupos de interesse ou senhores de terra, são elas: a eliminação dos inimigos dentro e fora do território, por meio de guerras; aliança com grupos de outros territórios, estabelecendo vínculos de lealdade em troca de proteção contra inimigos; desenvolvimento da capacidade de extração de recursos e o sucessos militares garantiam a continuidade da extração, a fim de comprar mais armamento para guerras e, assim, estabelecer mais alianças. A capacidade de extrair recursos é a principal, é dela que vem a possibilidade de manutenção do processo, em consequência, o aumento do poder. Tilly apresenta a seguinte sequência:

1. Grupos, elites ou senhores da terra fazem a guerra para a dominação de um território;
2. O sucesso militar faz aumentar o montante de recursos extraídos e aumenta a própria capacidade de extração, ou seja, desenvolvem-se os meios para extrair recursos;
3. Quanto mais sucessos militares, mais capacidade de extração;
4. Surgem, então, instituições, tais como: coletorias de impostos, forças policiais, cortes e tribunais. Ocorre também o fortalecimento e consolidação da organização militar e da burocracia;
5. Outro elemento importante diz respeito à proteção através do estabelecimento de alianças ou vínculos de lealdade entre os líderes do Estado e certos grupos ou classes sociais; nessa aliança, os grupos providenciam aporte técnico, emprestam recursos (capital) e contribuem para que os demais setores da sociedade demonstrem aquiescência quanto

ao poder do Estado;

6. O resultado do processo é a consolidação do monopólio do uso da violência, ou seja, a consolidação da legitimidade do Estado enquanto instituição capaz, e portadora do direito, de usar a violência, de extrair recursos e proteger os cidadãos. Um elemento importante deve ser mencionado: os atores envolvidos no desenvolvimento e consolidação do Estado não agiram calculando e antecipando os resultados de suas ações. Ou seja, ao efetivarem os quatro tipos de ação anteriormente descritos, os agentes envolvidos na construção do Estado não planejaram sua criação. Os objetivos inerentes às ações são a obtenção de poder e riqueza. (TILLY,1975:183. In: SOARES,2012:93 e 94)

5.1 A relação da sociologia histórica com o Esquema de Tilly

A sociologia histórica se preocupa com processos de caráter macro, isto é, macroprocessos, são aqueles que acontecem com longa duração, em que a estrutura social sofre mutação ou se rompe, originando outra diferente da inicial. Sendo assim, há o retorno na história para a realização dessa análise, que está preocupada em identificar processos universais e, portanto, atemporais, como foi o estrutural-funcionalismo, a título de exemplo.

Como toda tipologia, o esquema serve para simplificar e auxiliar na formulação de teorias, todas as classificações apresentadas não são enrijecidas, podendo uma política cumprir com mais de um papel ou não seguir nenhum deles, de forma estrita, adequando-se à estratégia da Sociologia Histórica Analítica, *O Esquema de Tilly* pode colaborar para interpretar as contribuições para o desenvolvimento político, no sentido de apresentar os resultados das pesquisas como fontes para novos estudos políticos e sociológicos. Tipologias seguem a lógica de “tipo ideal” Weberiano, uma pedra lapidada, irreal, hipotética na qual pode-se comparar com mais clareza aquela que mais aproxima, ou distancia dela.

Theda Skocpol (1998) é caracterizada pela Clássica Sociologia Histórica, o que isso quer dizer? O que Sociologia Histórica propõe opera por analisar “experiências naturais” da seguinte maneira: 1) salienta a investigação de regularidades causais, evitando a fixação em contextos ou casos singulares; 2) define princípios com o apoio de referenciais teóricos, mas, fundamentalmente, a partir de estudos exploratórios, o que define o caráter indutivo da procura de fundamentação empírica; 3) usa a comparação entre aspectos de um pequeno número de casos e a identificação de configurações causais não variantes que, necessariamente, não probabilisticamente, combinam-se a fim de ser possível operar uma explicação.

Skocpol fomenta que a Sociologia Histórica Analítica há de ser vista como um vetor

de elaboração das teorias sociológicas. Visto que, os estudos oriundos da mesma são resultados da “Sociologia Geral”, no sentido em que disponibiliza explicações sobre os padrões em relações entre eventos, entre os acontecimentos temporais. Baseando em estudos exploratórios, que não descartam a orientação ou hipóteses a priori. A relevância aqui é vista em defesa do argumento das teorias desenvolvidas pela sociologia histórica analítica.

Todavia, Skocpol reconhece que esse modo de praticar sociologia histórica pode gerar controvérsias, visto que o trabalho é realizado sempre no sentido da confirmação. E não é possível saber sobre a negligência dos fatos históricos utilizados na análise, ou que esses fatos foram forçados para a comprovação do próprio modelo (SKOCPOL, 1984:365-366). Por isso uma possível superação a essa arbitrariedade é a aplicação de modelos gerais.

Há outro tipo de Sociologia Histórica, que é a Interpretativa, representada, por exemplo, pelo estudo de Bendix, *Nation-Building and Citizenship.*, caracterizado por uma certa desconfiança das teses e hipóteses sobre estruturas e alegações causais, eles se interessam na variável cultura, no estudo de cada caso, a comparação é apenas para iluminar.

CONCLUSÃO

O sindicato patronal rural, no Brasil, é uma política pública do Estado a fim de desenvolver ou dar origem ao complexo agroindustrial brasileiro. A peculiaridade está na forma com que esse sistema de representação de interesses nasce. O padrão é uma associação, pretérita à institucionalização, dito de outro modo, sindicatos, sejam eles patronais ou de trabalhadores, nascem, na maioria dos casos, através da associação de interesses comuns entre os atores. O caso brasileiro tem os interesses arraigados dentro do poder público.

Nesse momento, será exemplificado brevemente políticas públicas que se encaixam em cada categoria do *Esquema de Tilly*, para facilitar o entendimento de onde e por que a política aqui estudada encaixa em tal seção.

Ingerência:	Aqui se encaixam políticas que nascem com a função de ocupar o território: Estrada, luz elétrica e etc.
Integração:	Nasce com a criação de regras e categorias, como é o bolsa família. Só um estrato da sociedade é beneficiado.
Participação:	Políticas com a intenção de dar voz às

	camadas da sociedade civil. Como a criação de Secretarias de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.
Identidade:	Criação de bandeiras, coisas que estruturam a identidade nacional, por exemplo: comissão da verdade.
Legitimidade	Tem a função de fazer com que as pessoas creiam, por exemplo: portal da transparência.
Distribuição:	Distribuição de serviços, por exemplo: Luz Para Todos, Fome Zero.

Ingerência, diz respeito, no esquema de Tilly, a promoção de guerra para ocupar território, visto que essa intenção é capaz de alocar recursos em determinados setores da sociedade, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimentismo. O critério de integração nasce com a criação de categorias sociais cujo são capazes de beneficiar de determinadas políticas públicas. Participação diz respeito em ativar a sociedade civil, criar mobilização, modelos representativos, e etc. Identidade faz parte do fortalecimento da identidade nacional, fazer com que a sociedade civil caracterize a identidade brasileira como uma coisa inerente a existência, criando narrativas, símbolos. Legitimidade diz respeito a crença das pessoas na legitimidade das instituições, como por exemplo, o portal da transparência, para dar caráter de incorruptível e eficiente. Distribuição é literalmente distribuição de serviços.

As intenções do Estado na criação do sistema sindical patronal dizem respeito ao critério de ingerência de uma política pública. Como foi explanado precedentemente, a característica desse tipo de política é principalmente pela “Criação de ordem pública; administração racional para a mobilização de recursos”. No caso, os interesses do Estado eram na criação de um grupo de interesse forte, capaz de alavancar a industrialização brasileira de forma consolidada. Ou seja, o Estado criou uma política para garantir a acumulação de recursos em determinado setor da sociedade, que fosse capaz de gerar ciclos econômicos. Um exemplo disso é que a gênese do patronato rural se mostra em um contexto que entidades de pesquisa em agropecuária também estavam surgindo, a EMBRAPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Álvaro et al. **Empresários e ação coletiva: notas para um enfoque relativo**. Revista de Sociologia e Política: 2007.

ESTRADA, Eduardo Moyano; SILVA, Osvaldo Hidalgo da. **Acción colectiva y asociacionismo agrario en Brasil**. In: Agricultura y sociedad, n. 68, p. 219-257, 1993.

FAORO, Raymundo. **Tecnocracia e política**. Revista de Ciência Política, v. 7, n. 3, p. 149-163, 1973.

HESPANHOL, Rosangela. **As organizações de produtores rurais na França**. Geosul, v. 22, n. 44, p. 155-174, 2007.

IGLÉCIAS, Wagner. **O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política—as batalhas do açúcar e do algodão na OMC**. Revista de sociologia e política, n. 28, 2007.

LOPES, M. de R. **Agricultura política: história dos grupos de interesse na agricultura**. Brasília, EMBRAPA/SPI, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rocco:1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. UFMG: 2003.

SILVA, José Graziano da. **Las organizaciones profesionales en la moderna agricultura brasileña**. In: Agricultura y sociedad, n. 68, p. 195-218, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Paz e Terra: 1998.

SKOCPOL, Theda. **Emerging Agendas and Recurrent Strategies in Historical Sociology**. In: *Vision and Method in Historical Sociology*, Theda Skocpol. Cambridge University Press, United Kingdom:1984 (Reprinted: 1998).

SKOCPOL, Theda; MISKOLCI, Richard. **A imaginação histórica da sociologia**. Estudos de Sociologia, v. 9, n. 16, 2004.

SOARES, J.B. **Considerações Sobre o Estudo de Políticas Públicas e do Desenvolvimento Político**. In: *Desigualdade, Pobreza e Meio Ambiente*. Toyoshima, SH e Fernandes, EA. (Orgs). Viçosa, Editora UFV:2012.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Vozes: 1986.

TILLY, Charles. **The Formation of Nation States in Western Europe**. Princeton University Press, Princeton: 1975.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. FGV Editora: 2004.